

ELEIÇÃO

Campanha de Lula conduzida a seis mãos

Sidônio Palmeira, Guilherme Boulos e Edinho Silva devem assumir coordenação

» VICTOR CORREIA

A coordenação da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição deverá ter como principais coordenadores ministros palacianos e o presidente nacional do PT, Edinho Silva. Além de Edinho, participarão os ministros Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência, e Sidônio Palmeira, da Secretaria de Comunicação Social (Secom). A formação ainda não está oficialmente confirmada, à exceção de Boulos, que comentou o tema publicamente.

Fontes do PT ouvidas sob reserva pelo **Correio** afirmam que a participação de Edinho ainda não foi discutida, e que o partido está se dedicando, no momento, à montagem de palanques estaduais. O interlocutor, porém explicou que o presidente da legenda, tradicionalmente, participa da coordenação de campanha. Boulos, por sua vez, comentou sobre o tema ontem durante a estreia do programa *Alô Alô Brasil*, da Rádio Nacional, e confirmou que estará no grupo.

“Eu acredito na reeleição do Lula. Vou trabalhar para isso, vou estar na coordenação de campanha do Lula, junto com o Edinho, com o Sidônio”, declarou o ministro. Questionado se deixará o cargo para participar da campanha, Boulos disse que sairá da pasta apenas se for necessário.

Boulos foi nomeado ministro por sua proximidade com movimentos sociais, ampla presença nas redes e capacidade de mobilização. Ele organizou grandes protestos no ano passado, como a manifestação contra o Congresso Nacional após a derubada do decreto que aumentou o IOF, em junho passado. Sidônio, por sua vez, é publicitário e participou da campanha de Lula em 2022. Ele fez carreira atuando em campanhas políticas, principalmente para candidatos do PT. Com perfil técnico e discreto, resistiu em assumir o atual ministério, mas foi convencido por Lula. Pessoas com cargos públicos, inclusive servidores, não podem atuar em campanhas políticas dentro do horário do expediente.

A reportagem pediu à Secom um posicionamento sobre a participação do ministro Sidônio na campanha e se ele permanecerá ou não no cargo, mas não obteve resposta até a última atualização desta matéria. Além do núcleo de coordenação formado por Boulos, Edinho e Sidônio, outros aliados do presidente devem assumir o papel de coordenadores regionais, como é o caso do ministro

Ricardo Stuckert / PR



Lula e Janja fazem o “coração coreano”, sinal que se tornou mundialmente conhecido em razão do K-pop

do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, cotado para coordenar a campanha no Nordeste.

O papel de Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também deve ter participação forte na campanha presidencial, mas não como coordenador, como ele mesmo afirma. Em entrevista à GloboNews publicada em janeiro, Haddad deixou em aberto que pode participar da criação do programa de governo de Lula para o mandato 2027-2030.

Internamente, ele é cotado, também, como forte candidato a disputar o governo de São Paulo contra o atual mandatário, Tarcísio de Freitas, que diz buscar a reeleição. A candidatura de Haddad é demanda do presidente Lula, que tenta convencer o aliado a concorrer, apesar de o ministro da Fazenda negar querer disputar qualquer cargo em outubro.

No momento, o maior desafio para a campanha é a formação de palanques nos maiores colégios eleitorais. Em São Paulo, além de Haddad, Lula quer ter candidaturas competitivas ao Senado Federal, como a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Em Minas Gerais, o presidente tenta convencer o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) a concorrer ao governo mineiro. Ambos os estados são considerados essenciais para o resultado ao Planalto, e Lula precisa de palanques fortes.

Exportação de carne para a Coreia do Sul

» VICTOR CORREIA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RAPHAELA PEIXOTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, a abertura do mercado sul-coreano à carne bovina brasileira, uma das principais pautas atualmente na relação bilateral. Segundo o petista, o Brasil “estará pronto” quando houver demanda do país asiático pelo produto, e quer avançar nas negociações sanitárias para a abertura do mercado. A fala ocorreu durante o Fórum Empresarial Brasil-Coreia do Sul, realizado em Seul.

“O Brasil tem um rebanho de gado bovino de, aproximadamente, 240 milhões de cabeças de gado. Significa que, quando o povo da Coreia quiser ter acesso à proteína, não se preocupe que o Brasil estará pronto para atender à demanda da Coreia”, disse Lula. Quinto país que mais importa carne bovina no mundo, a Coreia do Sul comprou, somente em 2025, cerca de 500 mil toneladas do produto.

Além de tratar da carne bovina, Lula se reuniu com o presidente sul-coreano Lee Jae Myung e participou de um fórum empresarial. As duas nações assinaram 11 acordos de cooperação. Entre os

acordos assinados, houve o anúncio de uma auditoria técnica da Coreia do Sul, que visitará o Brasil no terceiro trimestre para fiscalizar os principais frigoríficos. Essa iniciativa é considerada como um passo importante para uma futura abertura de mercado de exportação brasileira.

Nesta terça-feira, Lula embarca para Abu Dhabi. Ele participará de uma reunião de trabalho com o presidente dos Emirados Árabes Unidos, Xeique Mohammed bin Zayed Al Nahyan, à tarde.

Traje tradicional

A participação da primeira-dama Janja Lula da Silva surpreendeu os anfitriões. Ela usou um hanbok, traje tradicional sul-coreano, geralmente reservado para celebrações, eventos formais e festivais, durante o banquete de Estado oferecido pelo presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, e pela primeira-dama Kim Hea-Kyung, na Casa Azul, em Seul.

A escolha foi elogiada pela anfitriã. “Você está linda”, afirmou a primeira-dama sul-coreana ao receber a comitiva brasileira. Janja chegou ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vestia um sobretudo e um chapéu preto.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Questionamento da OAB mostra o esgotamento do inquérito das fake news

O ofício encaminhado pela Ordem dos Advogados do Brasil ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Édson Fachin, marca um ponto de esgotamento do Inquérito 4.781, conhecido como Inquérito das Fake News, como instrumento efetivo de defesa da democracia. Sempre houve contestação à forma como foi instalado de ofício pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, bem como à designação do seu relator, o ministro Alexandre de Moraes, sem obedecer aos critérios regimentais de distribuição. Entretanto, o inquérito acabou legitimado pela tentativa de golpe de 8 de janeiro, cuja preparação foi iniciada no dia 7 de setembro de 2021, e serviu de instrumento efetivo para a condenação dos golpistas, entre os quais o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Pela primeira vez de forma clara e institucional, a OAB reconheceu o contexto excepcional que deu origem ao procedimento — um ambiente de “grave tensão institucional”, com ataques reiterados à honra e à segurança de ministros do STF — mas afirma que essa conjuntura já foi superada, impondo agora redobrada atenção aos parâmetros constitucionais que regem a persecução penal. De há muito, nos meios jurídicos, a existência do inquérito por tempo indeterminado vinha sendo criticada.

A OAB não nega, nem desautoriza, o papel desempenhado pelo Supremo nos momentos mais críticos da democracia recente. Ao contrário, reconhece que a Corte exerceu função central na defesa da ordem constitucional diante de uma ofensiva política e digital que flertava abertamente com a ruptura institucional. Esse entendimento foi aceito e defendido por diversos juristas, sobretudo o ex-ministro do STF Ayres Britto, cuja tese acabou sendo amplamente aceita na sociedade: a democracia pode e deve, em situações extremas, lançar mão de mecanismos de autodefesa para impedir que seus inimigos a destruam por dentro.

O problema é que o excepcional deixou de ser transitório. Instrumentos concebidos como resposta emergencial não podem se converter em estruturas permanentes, para evitar efeitos colaterais graves sobre o Estado de Direito. É precisamente esse o alerta da OAB. Como “solução institucional extraordinária”, a condução e a permanência do inquérito no tempo exigem cautela e respeito aos limites constitucionais que legitimam a atuação estatal.

Instaurado em março de 2019, o objetivo inicial do inquérito das fake news era investigar ameaças, ofensas e campanhas de desinformação dirigidas contra ministros do Supremo e seus familiares. Com o passar do tempo, porém, o procedimento passou a incorporar fatos distintos, conexões sucessivas e objetos cada vez mais amplos, ou seja, a “elasticidade excessiva” apontada pela OAB.

Grito de alerta

A lógica constitucional do inquérito, como lembra a entidade, é a investigação de fatos determinados, e não a absorção indefinida de novas condutas conforme conexões vão sendo afirmadas ao longo do tempo. Quando esse limite se perde, mesmo investigações legítimas passam a ser questionadas não pelo seu mérito, mas pela forma. O risco institucional deixa de ser a omissão do Estado e passa a ser a erosão da credibilidade de quem investiga.

O caso dos servidores da Receita Federal ilustra esse dilema. A apuração de acessos indevidos a dados fiscais de autoridades públicas é necessária e deve ser rigorosa. No entanto, a incorporação desse episódio ao inquérito das fake news, com a adoção de medidas cautelares gravosas e a exposição pública de investigados antes da conclusão de sindicâncias administrativas, foi desproporcional. A linha entre a autodefesa institucional e o respeito às regras da persecução penal ordinária é sinuosa.

A posição da OAB é um grito de alerta. Defender a democracia não se resume à repressão de ataques institucionais. Exige o devido processo legal, a ampla defesa, o contraditório e a liberdade de expressão. E, também, a proteção da atividade jornalística e das prerrogativas da advocacia. Sem essas garantias, o discurso de proteção institucional se aproxima perigosamente de uma lógica de exceção permanente.

Como destaca a OAB, o Supremo decidiu, em 2020, pela constitucionalidade do Inquérito das Fake News, reconhecendo sua legalidade naquele contexto específico. Essa decisão, contudo, não significa um salvo-conduto para sua perpetuação. Ao contrário: quanto mais atípica é a origem de um instrumento, maior deve ser a vigilância sobre seus limites, sua duração e sua finalidade. Um inquérito sem horizonte de conclusão sugere ativismo judicial e vira um tiro no próprio pé, porque fortalece as narrativas de abuso de poder.

Crimes comuns devem ser investigados por procedimentos ordinários, com distribuição regular de competências e controle externo efetivo. Ao solicitar audiência com o presidente do STF e defender a conclusão dos chamados “inquéritos de natureza perpétua”, a OAB não enfraquece o Supremo. Ao contrário, oferece à Corte a oportunidade de virar uma página e reforçar sua legitimidade.

CB DEBATE

Uma reflexão sobre direitos das mulheres

A defesa dos direitos de mulheres e meninas será o foco do debate na próxima quinta-feira, no auditório do jornal. ‘O Brasil pelas mulheres: proteção a todo tempo’ tem como objetivo propor reflexões responsáveis, com escuta ativa e compromisso com soluções concretas para que todas sejam respeitadas.

Estão confirmadas as presenças da presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha; da jurista e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maria Cristina Peduzzi; da secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa; da senadora Damareas Alves (Republicanos-DF); da deputada distrital Jane Klebia (Republicanos); e da presidente executiva do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco.

Esta nova edição do CB Debate ocorre às vésperas do Mês da Mulher e diante de discussões sobre a proteção desde a infância até a vida adulta. Autoridades e especialistas se reúnem para debater o papel da educação



Maria Elizabeth Rocha e Maria Cristina Peduzzi: presenças confirmadas

e do engajamento da sociedade na construção de uma cultura de não violência.

O evento começa às 8h30, no auditório do **Correio**, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), para participantes credenciados. Nas redes sociais, a transmissão ao vivo começa às 9h. O público que quiser acompanhar presencialmente e on-line terá espaço para perguntas ao fim de cada painel. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas por meio do Sympla.

Discussão permanente

O evento integra uma série de iniciativas do **Correio** que colocam a defesa dos direitos das mulheres no centro do debate. São podcasts, entrevistas e reportagens especiais que reforçam estatísticas e os caminhos apontados por pesquisadores e autoridades para que haja mudança social efetiva.

Em janeiro, o jornal recebeu, também em seu auditório, as ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e

Serviço

CB Debate |
O Brasil pelas mulheres: proteção a todo tempo
Quinta-feira (26), a partir das 8h30
Local: auditório do Correio Braziliense (SIG QD 02 lote 340)
Inscrições pelo Sympla, no link: <https://bit.ly/4aLrjYi>
Transmissão ao vivo no canal do YouTube [@correio.braziliense](https://www.youtube.com/correio_braziliense)